

UMA SINGELA HOMENAGEM EM AGRADECIMENTO A ANA MARIA CAMARGO: PERCEPÇÕES DE UM ADMIRADOR DISTANTE

Marcelo Antonio Chaves¹

H

istoriador, às vezes, atrapalha mais do que ajuda na gestão dos arquivos². Lembro-me que fiquei impactado com a primeira palestra que assisti de Ana Maria Camargo, há cerca de 17 anos. Àquela altura, os arquivos despertavam em mim um olhar romântico, quase ficcional.

Compreensível, afinal eu era então, um doutorando em história e ficara impressionado com a expressão daquela senhorinha de voz mansa, quase sussurrante, pausada, mas vigorosa, sem o mínimo arroubo dramático, ao lançar uma frase desse quilate para um público formado por historiadores, expertos e aprendizes em arquivo. Para mim isso soou como um desafio, pois eu nutria um enorme fascínio pelos arquivos,

¹ Doutor em história social, especialista em organização de arquivos e Executivo Público do Arquivo do Estado de São Paulo.

² As aspas, neste caso, não significam expressão literal de fala, pois se trata de conteúdo de frase que guardo de memória.



após anos de atuação na condição de pesquisador. Além disso, eu alimentava o que parecia um sonho de um dia pular o balcão e exercitar minha carreira de historiador naquele ambiente labiríntico dos documentos.

De fato, essa afirmativa da Ana, que ficou renitentemente registrada em minha cabeça, foi se ressignificando, paulatinamente, na minha trajetória de arquivista (sim, que se dane a formalidade!), até assumir consequências decisivas no exercício das minhas funções no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

No entanto, os meus contatos com Ana Maria não foram tão frequentes (como eu gostaria, aliás), mas, em todos os momentos de encontro, ela me marcava com a profundidade e objetividade das suas elaborações nessa área de conhecimento tão instrumental, quase "árida", de ciência aplicada. A abordagem dela sempre me surpreendia e se destacava de tudo o que eu ouvia e lia sobre arquivos. Centrada nos fenômenos práticos laborais dos arquivos, ela sempre expunha raciocínios (re)buscados nas profundezas do conhecimento, dotando-lhes de um ar quase filosófico, exatamente pelo incontornável e persistente *rigor metodológico* que ela adotava.

O olhar cético dessa historiadora da USP sobre o papel dos nossos colegas nos arquivos foi balizando a minha formação, a tal ponto de conformar certos princípios que busquei aplicar com coerência no meu labor com os arquivos.

Um dos importantes aprendizados com a mestre foi a radicalidade como ela percebia as distintas funções entre museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação. Entendo que esse fundamento não é um detalhe menor, mas crucial para o bom desenvolvimento da gestão de um arquivo, devido, principalmente, à crônica ignorância dos administradores públicos em relação à missão e ao perfil político-administrativo de um arquivo e sua função estratégica. Resultante do jogo de interesses políticos de ocasião, em geral, é a alta gestão de governo quem indica os gestores dos arquivos públicos, sem levar em conta a complexidade desses organismos.

Esse rigor no delineamento político-administrativo dos arquivos levava a nossa homenagem a observar criticamente certas heranças de arquivos que se mantinham com a aura de "equipamento cultural" *tout court*. Ana se mantinha nitidamente avessa ao tratamento dos arquivos como objetos de espetáculo, ou como museus de curiosidades



em que os documentos se apresentavam como bibelôs, como forma de atrair “grandes públicos”. Incomodava-se, corretamente, com detalhes como nomeações honoríficas a arquivos públicos, por exemplo³. “Você já viu a nomeação de alguma Secretaria de Fazenda ou Secretaria de Saúde?” Isso porque ela vislumbrava, claramente, as funções de um Arquivo Público como elemento essencial e estratégico da administração pública, tal qual uma secretaria como a da Fazenda ou da Saúde. Arquivo é instância inerente, intrínseca a qualquer administração pública e assim deve ser tratada, como necessária e “natural”, portanto.

Essa radicalidade e coerência impunha o rigor na definição e no tratamento dos *documentos de arquivo* a partir de suas características mais profundas. Partindo da constatação de que os documentos de arquivo são produzidos “por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história”, Camargo contrasta essa característica peculiar do documento de arquivo com os exercícios de semiose realizados por aqueles que exercem o “esforço de ultrapassagem” dos aspectos formais e de contexto do documento. Vejamos esse trecho extraído de uma dessas reflexões:

(...) os documentos de arquivo aspiram à monossemia e à estabilidade de sentido. Daí a economia que preside a feitura de espécies e tipos documentais: o apego a convenções dotadas de grande força ilocucionária, o recurso a fórmulas redutoras de ambiguidade, a explicitação das circunstâncias em que foram produzidos. Pode-se mesmo afirmar que os documentos de arquivo promovem, via de regra, o entendimento literal de seu conteúdo, até quando adotam formas discursivas ou discricionárias (Camargo, 2013, p. 12).

Coerente com a sua construção, ao se referir à atividade de avaliação arquivística de documentos, a historiadora conclui de forma contundente:

A procura de “reserva de sentido” nos documentos de arquivo pode ser um belo exercício de imaginação ou futurologia, mas não tem nenhum cabimento no processo de avaliação, sobretudo de material cuja propriedade de autocontextualização é notória (Camargo, 2013, p. 14).

³ O Arquivo do Estado de São Paulo formalmente denomina-se Arquivo Público do Estado “Dr. Manoel Epstein”. E um dos dois arquivos públicos municipais da capital paulista se nomeia Arquivo Público Municipal Jornalista Paulo Roberto Dutra (ARQUIP).



Nos dizeres de Ana Camargo, o seu contexto de produção, ou seja, as razões pelas quais o documento é produzido - sempre para fins de prova - deve ser “preservado a todo custo, sob pena de fazê-los perder a capacidade de refletir a instituição de origem”. Ainda segundo ela, “qualquer intervenção no sentido de romper seu equilíbrio originário acaba por “implodir” o próprio arquivo”.⁴

Notem a radicalidade da formulação: a intervenção inadequada no tratamento documental poderá “implodir o próprio arquivo”. Atrai-me muito essa radicalidade e confesso que tive a oportunidade de enxergar como os desvios no tratamento técnico dos arquivos definiram os constantes desvirtuamentos e abusos que foram (e são) negativamente decisivos para essa instituição tão pouco percebida e compreendida socialmente. Enfim, a política e a técnica são elementos indissociáveis e imperativos para a boa gestão dos arquivos.

Pois bem, foi esse rigor teórico-metodológico que me levou a indagar sobre a *identidade de arquivo* aplicada a uma área pouco analisada criticamente nas instituições arquivísticas: a de comunicação/difusão. Diferentemente de museus, bibliotecas e centros de documentação, os arquivos não deveriam colocar para si a necessidade imperiosa de ficar ondeando bandeiras, realizando malabarismos pirotécnicos a chamar a atenção para sua existência; simplesmente, eles têm que ser tratados como o que são: peças essenciais da administração para o bom e eficiente papel para garantia de direitos, de fatos administrativos e de evidências para a construção científica da história. Nesse sentido, Ana se colocava como uma crítica à superestimação das instâncias (politicamente incrustadas, diga-se) de comunicação (difusão, ação educativa etc.) nos arquivos, principalmente quando voltadas para práticas de ensino de história e similares. No que percebi de sua visão, dever-se-ia se priorizar a sensibilização e a divulgação eficiente e inteligente dos serviços a serem prestados para os públicos primordiais dos

⁴ As passagens citadas acima referem-se ao artigo: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. *Revista Arquivo Rio Claro*, Rio Claro (SP), nº 1, 2003, p. 11-17. Disponível em: https://www.aphrioclaro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Revista-do-Arquivo-n%C2%BA-1-2003.pdf?_gl=1*quprth*_ga*MTewNTQ0OTczNi4xNzEyNzIxNDMx*_ga_RME3T9G7V3*MTcxMjc5MTQzMC4xLjAuMTcxMjc5MTQzMC4wLjAuMA..



arquivos: a administração pública, os pesquisadores das mais variadas linhagens que buscam evidências para fins de prova e de investigação científica.

Adotando esse raciocínio, propus a seguinte problematização: haveria uma política de difusão especificamente arquivística, ou a essa área da comunicação caberiam os mesmos modelos e padrões de difusão aplicados aos museus? Foi no rastro daquilo que apreendi dos ensinamentos de Ana Camargo que alcancei o conceito de *identidade de arquivo*, sobre o qual, convido os leitores a consultarem uma de minhas produções quando eu estava à frente do setor de difusão do Apesp, onde exponho com alguma profundidade a minha concepção de difusão em arquivos públicos.⁵

Quando ingressei, por concurso, no Apesp, em janeiro de 2011, eu era, então, recém doutor em história. Acho que tive a sabedoria e humildade de me colocar como um aprendiz aberto para uma área do conhecimento bastante distinta daquela na qual me formei, que tinha seu corpo conceitual e objetos singulares. Utilizei os meus conhecimentos em história de forma combinada e adequada para aprimorar a minha atuação como arquivista. Hoje tenho claro que historiadores podem ser muito úteis na atuação nos arquivos, desde que respeitem e se subordinem aos métodos que façam cumprir com eficiência as missões precípuas dos Arquivos Públicos, quais sejam: promoção da gestão, preservação e acesso aos documentos públicos, contribuindo para a eficiência e memória da administração pública, o acesso à informação, a produção de conhecimento e a garantia de direitos aos cidadãos.

Ana Maria Camargo tinha inspiração e conhecimentos profundos, o que a fazia sempre enxergar mais além, tecer reflexões criativas, inovadoras e inspiradoras para nós. Uma historiadora erudita e refinada, mas uma intelectual dos arquivos de rara grandeza. Intelectual, porém, atuante incansável no chão dos arquivos. Sua abnegação, generosidade e humildade (quanta diferença faz!) a colocou como uma personagem quase que onipresente nas mais variadas instâncias e tipologias de arquivo.

⁵CHAVES, Marcelo Antonio. O papel da difusão para o fortalecimento da identidade de arquivo. *Revista Do Arquivo*, n.10, 2020, p. 77-92. Disponível em:

https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/86



Estes são apenas alguns traços que destaco como marcantes e distintivos dessa adorável professora que inventou de partir sem nos preparar para isso e sem combinar conosco. Quando soube da perda, imediatamente pensei na enorme falta que ela nos fará a todos. Ouso mesmo a dizer que Ana Maria Camargo é uma pessoa *insubstituível* no âmbito da seara dos arquivos. Trata-se de uma perda absoluta para nós. Desgraçadamente, em um momento em que os arquivos já vêm acumulando desfalques sensíveis de agentes de uma geração que foi crucial para a formação da área; em que a crise das instituições arquivísticas, nos planos estadual e nacional, é mais que evidente, seja pelo despreparo dos profissionais para absorver os impactos dos chamados documentos digitais e seus correspondentes sistemas informáticos (fator objetivo de grande parte da crise), seja pela lamentável formação de gestores e dirigentes (fator subjetivo) que se recusaram ao papel de liderança para a coesão de uma muito fragmentada e desorientada categoria de profissionais nas instituições arquivísticas públicas.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

